

CONSELHO FISCAL

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIRACICABA – IPASP

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, com início às 13h10, na sede do Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba – IPASP, localizada à Avenida Dr. Paulo de Moraes, 266, Paulista, Piracicaba/SP, compareceram os Membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência Social de Piracicaba – IPASP: Emerson Luiz Chequeto Navarro (Presidente); Ana Cláudia Venezian (Secretária), Jurandir Silvestre (Conselheiro) e Paulo Roberto Costa (Conselheiro), com ausência justificada de José Antonio Gomes (Conselheiro), para promoverem a Segunda Reunião Ordinária. Inicialmente foi recebido o ofício enviado pela Presidência do Instituto que contém, em anexo, os balancetes das receitas e despesas do Instituto referentes ao mês de janeiro de 2023, bem como as informações sobre todos os contratos firmados, conforme acordado em reunião passada com a servidora Sra. Ilma. Consigna-se que o Sr. André Evandro Pedro da Silva, contador do IPASP, enviou previamente à reunião os citados balancetes via correspondência eletrônica. O Presidente declarou aberto os trabalhos. Na sequência, conforme ofício nº 1/2023 deste Conselho, compareceram os servidores André E. P. da Silva (financeiro), Márcia Adriana Rodrigues (financeiro) e Marina S. Zavatti (economista), bem como o advogado que representa o Instituto, Dr. Ricardo Trevilin Amaral. Inicialmente participou desta reunião o servidor André para esclarecer as dúvidas do Conselho no que tange ao fracionamento das despesas administrativas. Questionado quanto ao PASEP, informou que a despesa ficou somente para o Fundo de Repasse, por estar classificado como despesa administrativa. Do montante total 50% é financiado pelo fundo de repasse e 50% pelo Fundo de Reserva. Esclareceu, também, que o aumento da receita se deu, na verdade, por conta do repasse financeiro efetuado pelos Entes. Questionado sobre se há a possibilidade de separar as informações de qual o custo de cada Ente e a possibilidade de rateio, respondeu que atualmente o rateio é feito proporcional ao número de servidores que cada órgão. E sobre a possibilidade de criação de novos centros de custos, um para cada Ente, esclareceu que hoje não existe tal separação. A única separação existente é em relação à Câmara, isso por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, a folha de pagamento dos inativos é uma só. Somente por uma questão fiscal é que a folha da Câmara é segregada, separando Executivo do Legislativo. O servidor disse ainda que é preciso ser feito estudo

CONSELHO FISCAL

sobre essa possibilidade de mudança de metodologia – criação do Centro de Custos. Colocou que o ideal seria relatório do SIAFEM. Na sequência participou da reunião o adv. Dr. Ricardo, esclarecendo dúvidas do Conselho sobre as judicializações em nome do Instituto. Trouxe relatório para ser anexado. Esclareceu que no ano de 2018 o IPASP e outros Institutos sofreram ataque de hackers, que ocasionou, para nosso Instituto, o desvio da quantia de R\$ 636 mil. Na época foi feito Boletim de Ocorrência. A restituição administrativa foi negada. Houve a judicialização e, na data de ontem, dia 22 de fevereiro de 2023, houve a sentença favorável ao IPASP, ordenando ao Banco Santander a restituição integral do valor. Já havia sido restituído R\$ 118 mil. Segundo informou, existe ainda o valor de R\$ 517 mil para ser restituído, com juros de mora de 1% a partir da citação. Da decisão cabe, ainda, recurso. Esclareceu ser advogado contratado do IPASP e informou que outra questão a ser tratada pelo instituto é no que se refere ao adicional diploma, que precisaria de uma mudança de legislação. Ato contínuo, participaram as servidoras Márcia e Marina. Sobre os fundos estressados, esclareceram ser em número de quatro. Quanto ao fundo Roma Value e Trend Bank foram realizadas assembleias recentemente. Na assembleia do fundo Roma, ocorrida na data de hoje, 23 de fevereiro de 2023, houve cancelamento do registro da administradora do Roma, que agora passa a ser BFL. Neste fundo foi investido R\$ 1,5 milhão em janeiro do ano de 2013. O valor atual é de R\$ 817.267,08. A informação é de que 23% da carteira do Roma está ilíquida. Ficou ainda determinada a liquidação do referido fundo, com prazo de 90 dias para ocorrer essa liquidação. A assembleia do Fundo Trend Bank foi realizada em 13 de fevereiro. Foram aplicados R\$ 600 mil do fundo de reserva, em maio 2011, e R\$ 400 mil do fundo de repasse, também em maio de 2011. Foram resgatados R\$ 44 mil do reserva e 29 mil do repasse. Hoje nossa posição está zerada. A proposta apresentada visava aporte e judicialização por parte de um terceiro que cobraria honorários mínimos de 50%. Segundo informações dos cotistas Postalís e Petros, a proposta não era boa, inclusive uma das piores que receberam. Motivo pelo qual existe grande possibilidade de que não prospere acordo no presente processo. Estão aguardando a ata ser finalizada e disponibilizada para saberem o que ficou decidido. A participação efetiva do Instituto no fundo chega a ser irrelevante (0,32%) perante a participação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, que tem 38,35%, o Postalís 16,06% e Petros 7,61%. No fundo Geração Energia foi investido, pelo fundo de reserva, o valor de R\$ 1 milhão, em agosto

CONSELHO FISCAL

de 2011, não havendo resgate. Em abril do ano de 2022 houve reprecificação dos ativos e a posição ficou zerada. Houve proposta de um investidor estrangeiro para terminar a liquidação, mas a cotista Nivalium declinou. Sem dinheiro em caixa, foi chamado um novo investidor e a posição continua inalterada. No fundo HAZ, que é fundo de investimento imobiliário, foi investido R\$ 1 milhão, em abril 2013, pelo fundo de reserva. Foi feito resgate no valor de R\$ 70.686,86 e o saldo, em 31 de janeiro de 2023, é de R\$ 806.847,53. O capital está fechado para movimentação, mas o fundo paga dividendos e rendimentos. Seguindo, a servidora do Instituto Marina Segura Zavatti, ocupante do cargo de economista do IPASP, apresentou relatórios da Política de Investimentos e o parecer do Comitê de Investimentos do mês de dezembro de 2022. Informou que a política de investimentos foi atualizada. Houve resgate de fundos com investimentos em Lojas Americanas e Oi e migraram para fundos com investimentos 100% em títulos públicos. A meta, que foi estipulada em 0,97%, foi alcançada em janeiro, fechando a 1,6%. Ato contínuo, o Conselho analisou os balancetes das receitas e despesas do mês de janeiro de 2023, concluindo que as despesas administrativas se encontram consistentes em relação aos meses anteriores. Com relação ao fundo de repasse, verificamos: (i) as receitas aumentaram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 16.119.477,11 para R\$ 17.726.392,21, em virtude, principalmente, da majoração de repasses dos entes públicos; (ii) as despesas diminuíram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 20.784.623,88 para R\$ 14.200.050,65, em virtude do 13^a salário; (iii) o resultado apurado no mês foi positivo em R\$ 3.526.341,56; (iv) o saldo financeiro se encontra positivo, e teve um acréscimo em relação ao mês anterior, passando de R\$ 14.211.868,28 para R\$ 16.387.689,51; (v) o saldo financeiro atual, descontado o resultado apurado no ano, apresenta um decréscimo de R\$ 1.350.520,33 em relação a dezembro/2022. Com relação ao fundo de reserva, observamos: (i) as receitas diminuíram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 4.753.571,05 para R\$ 2.964.628,15, em virtude do 13^o salário; (ii) as despesas aumentaram em relação ao mês anterior, passando de R\$ 200.988,83 para R\$ 407.915,17, em virtude do fracionamento das despesas administrativas; (iii) o resultado apurado no mês foi positivo em R\$ 2.556.712,98; (iv) o saldo financeiro se encontra positivo, e teve um acréscimo, passando de R\$ 253.321.568,74 para R\$ 259.637.213,00; (v) o saldo financeiro atual, descontado o resultado apurado no ano, apresenta um acréscimo de R\$ 3.758.931,28 em relação a dezembro/2022. Ademais, em relação as

CONSELHO FISCAL

despesas de material de consumo, detectamos que houve diminuição das despesas em relação ao mês anterior, passando de R\$ 12.941,09 para R\$ 8.498,58. Em relação as despesas de serviços de terceiros, verificamos que houve diminuição das despesas em relação ao mês anterior, passando de R\$ 132.181,61 para R\$ 25.291,00. Desse modo, deliberou-se pela elaboração de parecer com aprovação dos balancetes, remetendo ao Conselho Deliberativo para que faça os encaminhamentos necessários. Por fim, o Conselho Fiscal deliberou que o parecer elaborado pelo Comitê de Investimentos reúne condições técnicas de serem aprovadas. Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às 16h20, a qual, eu, Ana Cláudia Venezian, secretária dos trabalhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.



EMERSON LUIZ CHEQUETO NAVARRO
- Presidente -



ANA CLÁUDIA VENEZIAN
- Secretária -



JURANDIR SILVESTRE
- Conselheiro -



PAULO ROBERTO COSTA
- Conselheiro -